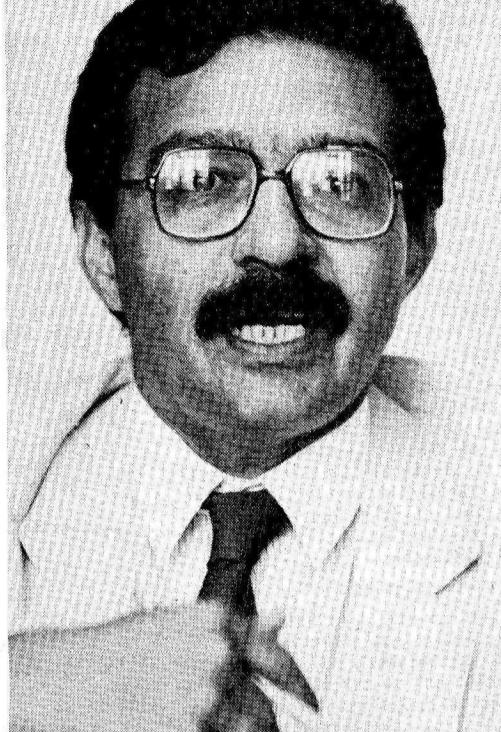


Soluções para a dívida geram confronto político

Nilson Miranda

O tema é dívida externa. De um lado, o deputado Paulo Lustosa (PDS-CE) diz que existem três posições para enfrentar o problema: a da área econômica do governo, que rejeita a chamada negociação política; não aceita a idéia do cartel de devedores e vê com mal-estar a presença do Itamaraty nas negociações. Do outro, o deputado José Carlos Vasconcelos (PM-

DB-PE), para quem "o Brasil tem hoje as condições ideais para a decretação da moratória, pois tem um saldo de divisa anunciado em torno de 5 bilhões de dólares". As duas posições não se coadunam, pois Paulo Lustosa acredita que o "sonho da área econômica é conseguir condições de prazos, carência e encargos da dívida bem melhores do que as do México, aceitando pacífica e passivamente o receituário imposto pelo Fundo Monetário Internacional".



Paulo Lustosa

JBr — Dentro das três posições defendidas pelo senhor, como se daria a negociação da dívida externa e qual a sua avaliação sobre os atuais negociadores?

Paulo Lustosa — Em se tratando de negociação a curto prazo, os negociadores até que se têm saído bem, dentro do que é possível de conseguir sem ingrediente político, aceitando as imposições dos credores. Porém, a longo prazo, o custo imediato disso está revelado pelo fato de que perderemos uma década de expansão econômica, chegando talvez se Deus nos ajudar a ter em 1990 a mesma renda per capita que tínhamos em 1980. Com esta negociação, estamos exportando 5 por cento de nosso produto para os países ricos em detrimento do nosso. Os países do Terceiro Mundo podem explicitar os seus programas econômicos, ficando definido os limites toleráveis de sacrifícios internos para pagamento dos encargos da dívida. Dentro dessa proposta, os países da América Latina só poderiam pagar encargos da dívida, que prometessem no máximo 25 por cento das suas exportações. Tal dívida deveria ser renegociada por prazo nunca inferior a 15 anos com carência de 5 anos, ficando para ser negociado o diferencial entre a taxa de juro do mercado, hoje (12,5 por cento e está em ascensão) e os seis por cento propostos compatíveis com as necessidades da América Latina.

JBr — Esta proposta está dentro das limitações dos países do Terceiro Mundo?

Paulo Lustosa — A proposta é válida e ajustada à realidade que estamos vivendo, mas o que estranho e não concebo é que os sete grandes e a comunidade financeira internacional não queriam sequer discuti-la. Parece que preferem perder tudo do que parte dos juros, numa composição que retira da América Latina o espectro de grandes conflitos políticos e sociais, desestabilizados do chamado equilíbrio Leste-Oeste. Os norteamericanos continuam a fazer diplomacia orientados mais pelo Pentágono e pela CIA sem qualquer sensibilidade para os desdobramentos da crise que hoje vive a América Latina.

JBr — Mas existe uma terceira proposta, atribuída a alas radicais, que sugere o rompimento com o FMI, o estabelecimento de uma moratória unilateral e a formação de um cartel de devedores para a negociação da dívida. Como o senhor vê esta posição?

Paulo Lustosa — Esta proposta foge do campo viável por que desconhece o intrincado das relações econômicas internacionais e a forma de inserção da economia brasileira na estrutura financeira mundial. Esta proposta só seria viável se o Brasil sofresse uma radical e profunda mudança na estruturação de força e poder no País, na natureza do seu pacto político-social e na filosofia da sua própria política externa.

JBr — Dentre estas várias propostas para o problema da dívida externa, qual seria a mais viável?

Paulo Lustosa — É o caminho buscado por Saraiá Guerreiro, que só não tem força maior pelo fato de não ter conseguido o necessário entusiasmo e apoio do presidente João Figueiredo e nem contar com o mínimo de unidade de pensamento da área econômica, que se perde, com vistas a esta proposta, ora em conflitos pragmáticos ora em conflitos doutrinários.



José Carlos Vasconcelos

JBr — Como o senhor vê as novas posições do Governo com relação à dívida externa?

José Carlos Vasconcelos — As oposições reconhecem na política externa, o lado positivo do Governo Figueiredo, no momento em que muda o tratamento da dívida externa, chamando o Itamaraty para participar em negociações em nível de Governo. É um passo importante para resolver este angustiante problema.

JBr — Apesar deste passo importante, qual deveria ser a meta a ser seguida pelo Brasil em relação aos países devedores?

José Carlos Vasconcelos — É necessário que seja traçada uma linha comum dos países devedores, objetivando resolver o problema da dívida, partindo de uma ótica dos interesses nacionais e não dos banqueiros internacionais e da política dos Governos desenvolvidos, que defendem seus interesses sem preocupação com os povos dos países devedores. Pela declaração da primeira-ministra da Grã-Bretanha, aconselhando os países da América Latina a venderem seus bens — o que significa alienar à soberania nacional —, representa de fato o que querem os banqueiros internacionais e os países desenvolvidos.

JBr — O Governo defende um tratamento político para a dívida externa. Como o senhor vê esta posição?

José Carlos Vasconcelos — Tratar politicamente a dívida, significa: definir o interesse interno, o nível de desenvolvimento necessário à promoção do bem-estar da coletividade para depois determinar o que pode, quanto pode e quando pode se pagar os credores. Dentro desse entendimento, acreditamos no acerto da nova posição do Governo, limitando inclusive os ministros da área econômica, que manterão gestões com os banqueiros, trabalho que julgo não deva caber ao Itamaraty, dentro de normas politicamente estabelecidas e que correspondam aos interesses do Brasil.

JBr — As oposições têm defendido a decretação de uma moratória unilateral. Como o senhor vê esta posição?

José Carlos Vasconcelos — O Brasil tem hoje as condições ideais para a decretação da moratória, pois tem um saldo de divisa anunciado em torno de 5 bilhões de dólares. Com a maturação de investimentos efetuados no Governo do presidente Geisel, nossa economia diminuiu sua dependência com o exterior. O uso de energia alternativa e do aumento da produção interna de petróleo permitem prever sem maiores danos que o Brasil possa enfrentar a moratória.

JBr — Caso o Governo resolvesse decretar a moratória, a oposição apoiaria tal atitude?

José Carlos Vasconcelos — Os líderes da oposição já se posicionaram a favor da moratória. A própria convenção do partido recomendou esta posição. O que temos a observar é que a oposição defende na decretação da moratória mudanças no campo interno, na política institucional, econômica e social. O que implica em assegurar ganhos no campo institucional representados pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e eleições diretas para a Presidência da República. A moratória não pode ser decretada por um Governo que perdeu a confiança popular.